

EPISTEMES DO VALOR
a informação e economia para Foucault

Gustavo Lima Moura

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Universidade Federal do ABC

Moura.g@ufabc.edu.br

Resumo

O artigo visa estabelecer a ideia de valor e sua formação, tomando como base o livro “*Les Mots et Les Choses*” de Michel Foucault, explorando a concepção epistemológica das coisas no âmbito político-econômico-informacional. A metodologia utilizada neste artigo, segue a leitura sintópica da fonte bibliográfica indicada, complementada pela análise conceitual dos capítulos “*Échanger*” e “*Travail, Vie et Langage*” da obra, na transversalidade disciplinar, integrando a filosofia da informação e a economia política, numa perspectiva que articula as dimensões da semiótica com a teoria do valor econômico no campo informacional da epistemologia das coisas.

Palavras-chave: Economia política. Valor. Arqueologia do saber.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

1 INTRODUÇÃO

Na obra “*Les Mots et Les Choses*”, Michel Foucault, através de uma série de ensaios, explora a arqueologia do saber numa tentativa de compor a origem pós-estrutural dentro da relação das pessoas para com a concepção das coisas. Os capítulos analisados por este artigo são especificamente o “*Échanger*” e “*Travail, Vie et Langage*”, onde é discutida pelo autor, por uma perspectiva de domínio dos signos num âmbito epistemológico, a noção de tratamento da informação como gênese do valor econômico na economia política.

O objetivo central do artigo, é analisar o excerto do livro, estabelecendo uma releitura específica dos capítulos da obra “*Les Mots et Les Choses*” no que relaciona a informação e os signos semântico como elemento de construção de práticas econômicas durante o período das escolas clássicas da economia política. Para Foucault, a episteme precede o âmbito material das mercadorias, porque a análise da riqueza, parte de um sistema ordenado de representação simbólica das relações econômicas (era clássica — Adam Smith), portanto, o valor não é originalmente intrínseco às mercadorias, mas é atribuído a elas a partir de uma rede de relações sociais econômicas numa concepção de taxonomia e domínio das categorizações moldadas pela necessidade — valor de uso — e pelo domínio da equivalência — valor de troca.

Para tal questão, Michel Foucault carrega consigo o questionamento sobre o valor econômico numa análise arqueológica da episteme das riquezas, da moeda, preço, valor circulação e mercado. Seu intuito nos capítulos mencionados, é traçar um paralelo à respeito das coisas e suas origens numa perspectiva que mistura a filologia, a epistemologia e a economia política, observando as estruturas de pensamento e saberes no seu âmbito histórico.

A informação assim, para Foucault, é a gênese da economia política, pois a partir do surgimento dessa disciplina como algo independente, o valor dessa maneira, começa a ter o homem e sua capacidade de ser o sujeito do conhecimento e agente dominante da história, como central, pois, através da formação da episteme, a economia política transforma a riqueza e o valor não apenas em grandezas econômicas porém em epistemologia, capazes de construir socialmente e sustentar, estruturas de poder.

Assim, o artigo explora a relação entre a arqueologia das coisas e a economia política em Foucault, com o objetivo de aprofundar a compreensão do conceito de valor para o autor. A metodologia adotada segue a análise conceitual da revisão bibliográfica da obra “*Les Mots et Les Choses*”.

2 DESENVOLVIMENTO

O conceito de economia política para Foucault é analisado a partir de uma abordagem estruturalista da episteme, essa obra em especial, foi selecionada para a análise neste artigo, pois oferece uma perspectiva interessante de ruptura para com os dogmas tradicionais e bases do conhecimento presentes nas ciências econômicas. A ideia central desse texto, é provocar o questionamento nas raízes do pensamento. Para um economista, é notavelmente interessante observar que a crítica filosófica da epistemologia no contexto das condições históricas, interage com a formação do conhecimento econômico ocidental dentro de um contexto discursivo-informacional na orientação do homem como sujeito central do saber. Assim portanto, se inicia a reflexão proposta.

A episteme na obra, é força motriz da análise. Tal como, será nesse artigo. Os capítulos selecionados “*Échanger*” e “*Travail, Vie et Langage*”, trazem a reflexão do paradigma que separa a análise da riqueza da economia política, a sua abordagem centra-se principalmente em Smith e Ricardo, e sua sistematização do trabalho como fonte fundamental da produção de riqueza. Mas para isso, ele remete à sua arqueologia hermenêutica, que irá passar pela economia na época clássica para compreender o domínio e objeto das noções de valor, preço, comércio, circulação, juro e renda; mas sem uma noção linear da construção do pensamento econômico, ou seja, sem entender o desenvolvimento dele como algo natural, inerente à leis universais.

Para Foucault, nessa obra, a economia política deve ser desnaturalizada, bem como a compreensão de valor, à uma construção discursiva do saber econômico vinculado a condições históricas, culturais e epistemológicas de um determinado tempo histórico. Assim, a genealogia do saber econômico, não se desenvolve de um enigma anterior à economia política, ligado a uma pequena problemática moral, envolta ao egoísmo, aos direitos naturais, e à natureza, provenientes das análises filosóficas que moldaram os temas dos ramos especulativos e práticos, como descritos pela genealogia do pensamento econômico.

Os conceitos de valor, preço e riqueza, cunhados pelos metalistas, os anti-metalistas, bem pelos fisiocratas e os mercantilistas, durante a escolástica e sua posterior encruzilhada com o mercantilismo, nos séculos XVI e XVII, resultam da confusão do conceito de riqueza como realidade (ser) e significado de equivalência da substância monetária e representação do valor.

O problema da substância monetária é o da natureza do padrão, da relação de preço entre os diferentes metais utilizados, da distorção entre o peso das moedas e seus valores nominais. Mas essas duas séries de problemas estavam ligadas, já que o metal não apareceria como signo, e como signo medidor das riquezas, por ser ele mesmo uma riqueza. (Foucault, 1966, p. 180, tradução nossa).

Assim, o valor durante o período escolástico era compreendido através do objeto metal, visando o acúmulo de metais preciosos como acúmulo riqueza. É uma passagem importante da obra porque ele busca aí um primeiro paradigma de episteme na construção valor econômico. Para ele, a informação e os paradigmas na construção do pensamento econômico não partem da abstração como “na gramática geral ou na história natural” (Foucault, 1966, p. 230); e sim da questão prática que leva à formação epistemológica da economia.

O estabelecimento de relações da riqueza em diferentes períodos aparece na forma de diferenciação da análise das trocas a partir da raiz que corresponde à percepção imediata do valor. Está obviamente presente na confusão escolástica realizada pela semelhança na confusão realizada entre metal (bulionistas) e nível de preço, cujo pano de fundo social, histórico e político favorecia a compreensão da riqueza como o acúmulo de metais, não por acaso a teoria quantitativa do dinheiro da escola de Salamanca com o impacto do descobrimento da América, a partir do *tratado resolutório de câmbios* (1556) de Martín de Azpícueta onde ele descreve acerca da relação acerca da presença de metais e o “preço das mãos” (salários). Essa escolástica tardia, que culminaria nas vertentes do mercantilismo e da fisiocracia teriam no ramo prático seu desenvolvimento epistemológico. Dessa maneira, a transição da compreensão passa pela troca da visão puramente material, para a compreensão mais abstrata onde se considera os impactos da circulação monetária sobre a economia. E assim, a escolástica tardia se mistura no século XVII com o mercantilismo que posteriormente desenvolve a consciência da balança comercial na estratégia de acúmulo através da exportação e protecionismo. O mesmo ocorre com os fisiocratas com os sistemas agrícolas de economia política, cujos autores como François Quesnay com o *Tableau Économique* (1758) que ao contexto da época baseia sua “filosofia agrícola” na teoria fisiológica de William Harvey acerca da circulação sanguínea, Quesnay viu na circulação do sangue um modelo para entender a circulação de bens e riqueza na economia. Assim como o sangue flui através das artérias e veias, nutrindo o corpo, ele concebia a riqueza como fluindo através dos diversos setores da economia, sustentando o corpo social. Assim, ele constrói um diagrama, considerado por muitos como o primeiro modelo macroeconômico formal, representa o fluxo de riqueza entre as três classes principais da sociedade: a classe produtiva (agricultores), a

classe proprietária (nobres e clero) e a classe estéril (artesãos e comerciantes). A agricultura, vista como o coração da economia, gera o "produto líquido" (equivalente ao sangue oxigenado), que então circula para as outras classes. Os proprietários de terras recebem renda, que é então gasta em bens agrícolas e manufaturados, fazendo a riqueza circular de volta para as classes produtiva e estéril. *Laissez faire, laissez passer*.

Os fisiocratas começam sua análise pela própria coisa que se acha designada no valor, mas que preexiste ao sistema das riquezas. O mesmo ocorre com os gramáticos quando analisam as palavras a partir da raiz, da relação imediata que une um som e uma coisa, e das abstrações sucessivas mediante as quais essa raiz se torna um nome numa língua. (Foucault, 1966, p. 209, tradução nossa).

A informação nesse sentido se torna um processamento da realidade que toma significação na maneira como as teorias econômicas se tornam um conhecimento dentro de estruturas de pensamento que dita o conhecimento válido ou não sobre a economia ao questionar os pressupostos que sustentam as bases teóricas das categorias econômicas de saber.

A análise foucaultiana da formação de discursos na economia, se além ao construto que emerge sob critérios específicos onde definem a noção de valor e sua articulação com as trocas e a moeda, a partir da informação como mecanismo de construção perpétua da episteme, a organização do valor e da moeda são durante esses capítulos explorados para se entender as categorias e taxonomias a partir das representações vigentes em cada época do pensamento econômico.

Para a interpretação desse texto é necessário ir além da ideia de que a realidade é apenas material e concreta, é preciso entender que a noção da materialidade em si é suscetível de interpretação e portanto apresenta uma dimensão semiótica intrínseca ao princípio antrópico, por conseguinte, a própria linguagem estrutura o conhecimento incorporado nas múltiplas perspectivas de taxonomia da realidade. A linguagem (e a comunicação), não é um mero reflexo da realidade material, ela na verdade é uma ferramenta que molda a experiência, e as categorias léxicas dessa maneira desempenham um protagonismo crucial na relação de transmissão da própria episteme. E a economia política não se alheia desse processo, a episteme precede o âmbito material das mercadorias, porque a análise da riqueza, parte de um sistema ordenado de representação simbólica das relações econômicas, o valor não é originalmente intrínseco às mercadorias, mas é atribuído a elas a partir de uma rede de relações sociais econômicas numa concepção de taxonomia e domínio das categorizações moldadas pela necessidade — valor de uso — e pelo domínio da equivalência — valor de troca. Não obstante a percepção direta da relação sujeito-objeto descende de mediações

complexas que revelam as determinações fundantes do real. A totalidade de estruturas e desestruturas nesse sentido constroem um processo ativo em que os sujeitos, ao interagirem com os objetos modificam-se mutuamente. O campo do processamento linguístico nesse arranjo — informação — é de certa forma ontológica, mas ela não anula o materialismo, pois a identidade sujeito-objeto é dada de forma conjunta numa interdependência que ele, indivíduo, mesmo constitui em parte através da sua episteme. Isso significa que o objeto, ou mercadoria, está sempre mediada pelas condições sociais e históricas do sujeito.

Porém, as condições sociais influenciam como se percebe a compreensão e interpretação das mercadorias. A prática, ou materialidade, não revela uma realidade existente, ela constrói todo um sistema de acordo com os sujeitos e as condições sociais, ‘co-determinando’ a totalidade histórica e social. Há aí uma ontologia onde a realidade não pode ser reduzida a entidades isoladas ou relações imediatas, existe uma totalidade dinâmica e constante de relações internas e externas, ou seja, existem sistemas provisórios e processuais de epistemes sobre o valor, onde cada aproximação de uma definição material revela novas conexões e determinações, desafiando continuamente as interpretações anteriores.

O foco desloca-se da entidade física para a epistemologia num fundamento ontológico, portanto, a objetividade não é a fundação única da economia política, nisto, a relação da articulação entre a economia e a linguagem no entendimento das riquezas, é a comparação que Foucault faz entre a língua como significação da realidade e a teoria do valor como organização e atribuição dos mesmos significados para as riquezas dentro do sistema econômico.

A ordem das riquezas e a ordem dos seres naturais se instauram e se descobrem na medida em que se estabelecem entre os objetos de necessidade, entre os indivíduos visíveis, sistemas de signos que permitem a designação das representações umas pelas outras, a derivação das representações significantes em relação aos significados, a articulação do que é representado, a atribuição de determinadas representações a determinadas outras. (Foucault, 1966, p. 216, tradução nossa).

A natureza ou naturalidade da riqueza se estabelece como uma decorrência dos paradigmas que compõem uma época, assim, a economia em Foucault (seja a economia clássica, moderna ou mesmo a noção escolástica), não descreve apenas a ordem prática, mas também participa da construção de categorias que se utilizam para entender o processo dinâmico de articulação entre a linguagem, os signos e os objetos que estão dispostos sobre uma realidade dada.

Todo esse processo de construção e processamento da informação como legitimação de um sistema discursivo específico cujo esquema organiza as categorias sobre as trocas e

sobre as mercadorias, funciona como uma gramática do valor, onde o julgamento epistemológico é parecido com a funcionalidade da gramática na qual a relação das palavras dependem de uma estrutura sintática cuja função é o sentido, na economia, a informação se reflete da mesma maneira através dos paradigmas da compreensão da riqueza, moeda e troca, onde o sentido delas só adquire significação dentro das normas, práticas ou especulativas, que regulam as trocas heterogêneas e a noção de mercado.

A informação se torna um mecanismo no qual a economia é processada filtrando e organizando os elementos em uma lógica não neutra que transforma a informação em um instrumento influenciador das percepções e práticas sociais dentro das esferas do saber dentro dos contextos específicos.

Michel Foucault nesses dois capítulos analisados — *Échanger e Travail, Vie e Language* — examina pontos centrais para a formação daquilo que a economia contemporânea conhece como teoria do valor, ao pensar na formação da compreensão sobre a equivalência entre bens heterogêneos e no trabalho, em respectiva ordem; ele percebe os fundamentos cuja construção gnoseológica do valor se dão nas condições do contexto histórico sobre as condições de possibilidade do pensamento econômico. Nesse sentido a economia política, é a fundação onde o valor dentro da sua essência, como é explicitado na obra: “a análise da produção”, como recém-fundamento da “nova economia política”, analisa a relação “entre o valor e os preços; organismos e organização” (Foucault, 1966. p. 219); enfim, a mudança verdadeira no estado do valor não se trata de um progresso entre a escolástica e a economia política clássica, é a ruptura paradigmática nas estruturas da faculdade estimativa e da compreensão dentro das reconfigurações informacionais da categoria valor. Assim, pode-se dizer que Foucault não percebe o valor como uma evolução do pensamento econômico onde uma verdade é revelada pela capacidade dos “economistas” em conceberem por métodos seus julgamentos em um status pragmático, mas sim, o valor na obra é visto como símbolos compartilhados representados pelos homens e seu ser social.

[...] a teoria da linguagem é imediatamente prescritiva. A história natural instaura, de si mesma, para designar os seres, um sistema de signos e, por isso, é uma teoria. As riquezas são signos que são produzidos, multiplicados, modificados pelos homens; a teoria das riquezas está ligada, de ponta a ponta, a uma política. (Foucault, 1966, p. 217, tradução nossa).

A filosofia foucaultiana assim, se encaixa como fundamental na análise da economia a partir da busca de como se constrói a natureza do pensamento econômico pela cognição e processamento de signos em informações de diferentes ramos — prático e especulativo — na compreensão da riqueza. A representabilidade é o ponto chave obra, onde se entende a

formação do pensamento econômico através da episteme geral sobre a realidade (ou fenômeno à rigor Kantiano) das épocas determinadas e seus mecanismos de designação do juízo intrínsecos à concepção da riqueza. Não se deve olhar portanto, à prática da economia, como Foucault a descreve nesses capítulos, em função da sua acumulação de conhecimentos, tudo na verdade, se tratam de paradigmas. A economia política surge assim da mudança entre o olhar das trocas (renascença) para a produção e sua relação com o valor. As disposições da informação na transição entre o período escolástico e a economia política refletem a constituição de um espaço epistemológico da Europa ocidental que advém da ordenação entre essa mudança no estudo da ciência das riquezas. Onde o ponto central da representação ganha e perde força à visibilidade das estruturas sociais. Diz Foucault:

Todo o sistema clássico da ordem, toda essa grande taxinomia, que permite conhecer as coisas pelo sistema de suas identidades, se desdobra no espaço aberto no interior de si pela representação, quando ela se representa a si mesma: o ser e o mesmo têm aí seu lugar. (Foucault, 1966, p. 221-22, tradução nossa).

Enfim, o que Foucault tenta determinar na sua história das ciências econômicas, tratadas especialmente durante esses dois capítulos estudados neste artigo, é o conhecimento sobre a faculdade das medidas da riqueza e sobre as questões econômicas dentro das abordagens do pensamento econômico cuja formação não é uma evolução do conhecimento prévio de valor ao qual as categorias são idênticas e levadas em consideração em distintas épocas. O seu problema principal é a medição da riqueza a partir de uma absoluta do saber da natureza estimativa do valor, ou seja, como entender o valor das coisas e medi-lo. Para isso, a obra recorre os autores escolásticos e a transição ‘Smithiana’ explorando as taxonomias não pela sua menção ou noção de existência, mas pela sua representação dentro desse problema da estimação. Ao qual, para elucidar o leitor diante desse apanhado filosófico, nós nos iremos citar duas passagens da obra que talvez trarão maior assimilação entre a organização do valor na escolástica e na economia política cujo argumento apresentado pelos parágrafos anteriores tenta refletir.

Nesse trecho, ele cita Scipion de Grammont (escolástica) e sua análise:

O ouro é apenas o signo e o instrumento usual para pôr em prática o valor das coisas, mas a verdadeira estimação desse valor tem sua origem no juízo humano e nessa faculdade, a que se chama estimativa. (Grammont, 1620, p. 46-7 apud Foucault, 1966, p. 188 tradução nossa).

E posteriormente, em Adam Smith, Foucault percebe que o problema central do valor continua sendo a estimativa, porém em diferença aos argumentos frequentemente encontrados nos teóricos de história do pensamento econômico não se dá pela categorização da variável

trabalho, e sim pela ordenação de sua taxonomia na estima do valor, e de tal forma, a informação não aparece na economia como um dado variável presente da realidade e sim como um elemento-chave na plasticidade da relação discursiva em sua formação da episteme do valor no seu momento de outorga quantitativa.

Adam Smith não inventou, portanto o trabalho como conceito econômico, porquanto já o encontramos em Cantillon, em Quesnay, em Condillac, nem mesmo, lhe faz desempenhar um papel novo, pois dele também se serve como medida do, valor de troca: “O trabalho é a medida real do valor permutável de toda, mercadoria.”¹Desloca-o porém: conserva-lhe sempre a função de análise das, riquezas permutáveis, essa análise, entretanto, não é mais um puro e simples, momento para reconduzir a troca à necessidade, e o comércio ao gesto primitivo da, permuta, ela descobre uma unidade de medida irreduzível, insuperável e absoluta. Desde logo, as riquezas não estabelecerão mais a ordem interna de suas equivalências por uma comparação dos objetos a trocar, nem por uma estimação do poder, próprio a cada um de representar um objeto de necessidade, e, em último recurso, o, mais fundamental de todos, o alimento, elas se decomporão segundo as unidades de trabalho que realmente as produziram. As riquezas são sempre elementos, representativos que funcionam: mas o que representam finalmente não é mais o objeto do desejo, é o trabalho. (Foucault, 1966, p. 233-34 tradução nossa).

E aqui ele demonstra claramente o paradigma da função do valor no pensamento econômico em razão da unidade de medida absoluta e não da percepção ou iluminismo (para ser irônico) de um conhecimento oculto à outra época — escolástica.

Todavia! As limitações da episteme existem nas estruturas invisíveis foucaultianas, independentemente da sapiência de ordenamento das taxonomias apresentadas pelas ciências humanas e sociais. No estudo sobre o valor, os fatores externos como condicionantes da composição da economia política dão uma nova dimensão subjetiva ao que se entendia como ciclos de acúmulo da riqueza (bulionismo) em um objeto (metal) determinante e passa a ter o domínio da representação ligado ao fim da atividade moral humana incumbida no trabalho e no comércio, tal como na taxação, e sua razão passa a ser uma subjetividade além da ideologia (sentimentos e moral) presente na desconexão do homem para com sua atividade social — o que viria mais tarde a ser chamado de alienação (ou fetichismo da mercadoria pelos marxistas).

Nos capítulos estudados, é descrito com muito cuidado essa dimensão histórica do pensamento econômico em uma mistura de filosofia e economia na qual a linearidade da história somente é possível pela noção do caráter de ordenação das coisas e sua constante mudança (movimento?), novamente, nós afirmamos nesse artigo, que a história do pensamento econômico não passa por uma evolução linear onde um autor é mais sábio que o outro em virtude do seu acervo de conhecimento aglutinado de épocas passadas, o que ocorre,

¹ Trecho da obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith (1776).

sim, são paradigmas! Em virtude da episteme à priori, cuja conexão se dá em condição antitética às rupturas abruptas, quase como uma contradição nas circunstâncias do desenvolvimento do pensamento.

A riqueza como conceito e representação, aparece em distintos pensadores econômicos, através de um fenômeno polissêmico e socialmente construído dentro das revoluções estruturais da sociedade no decorrer da história. Entre representações e positivities daquilo que pode ser a unidade real do valor, a análise se reduz à dominação como entende Scipion de Grammont (1620) do “juízo humano da estimativa” que transporta a representação para o campo do finito concreto das ordens possíveis em função da estagnação imediata do seu [do pensamento] contexto.

O conceito assim da formação do pensamento econômico acerca do valor é o contexto epistemológico presente das relações em torno às épocas, são as relações de troca ou as relações de uso, ou mesmo as relações de trabalho, que estabelecem entre os elementos que compõem o valor nas diferentes formas de pensá-lo; se dão rupturas ao espaço na história.

A história do pensamento econômico, como disciplina, não pertence a coleta de fatos e seus sucessivos desdobramentos. A história é para o estudo do pensamento, aquilo que a informação dispõe sobre “o discurso, o quadro, as trocas” (Foucault, 1966, p. 232) no momento de ruptura profunda com as camadas do saber anterior e de formação de uma verdade em condições históricas de uma época. As demandas e os entendimentos de uma sociedade, sobre a produção, troca e necessidade, adaptam-se ao momento de domínio ou substituição das teorias.

Assim, o valor é a episteme formado pelas relações de cada momento nas estruturas da economia e do seu pensamento, tal qual, dos seus pensadores, e a história das escolas do pensamento econômico para a compreensão do valor, se faz necessária para pensar o valor como descontinuidade do Ser, pelas relações sociais de poder de ramo prático e especulativo (metafísico).

As explicações sobre o valor têm o saber e seus domínios nos nas funções e formações num sistema de significados sociais onde o indivíduo busca no valor uma forma, tornando-o objetivo dentro um sistema de signos que o reifica. A informação desempenha o construto da atribuição de significados e percepções mediando o ordenamento das estruturas dinâmicas do saber sobre a circulação e transformação da estimação abstrata ou absoluta dos regimes de valor.

Sejam eles predominantes ou normativos, a quantidade é um processo contínuo de construção social e rupturas da informação na gestão da episteme e nas suas rupturas em

momentos cujo pensar o valor cria novas formas de organização ou se adapta às regras invisíveis ditas estruturas dos indivíduos ou instituições.

Enquanto expressão, o valor não toma um caráter estático, medido, no *continuum* histórico do pensamento econômico, Foucault demonstra pela sua arqueologia da episteme econômica, que as os espaços de gestão da episteme em seus momentos de ruptura, transformam a economia e sua formatação teórica pelas práticas discursivas de Ordem e realinhamento da realidade e suas taxonomias.

Não se tratam, portanto de transições, onde a observação objetiva se transforma na teoria pela categoria empírica; o ser e sua externalidade somente podem interagir pelo domínio dos movimentos sobre o pensar e suas condições.

As mudanças da escolástica para a era clássica estão nos processos de articulação e domínio do conhecimento econômico sobre o valor, a análise portanto, do valor, se dá no campo da sua natureza real. Ao passo que a moral dominava a escolástica, na era clássica, o valor, mesmo que associado à moral, passa a ter sua natureza associada a considerações de medidas exógenas ao homem, o que avançaria posteriormente para o estágio moderno da história do pensamento econômico que permite a subjetividade ao sujeito (dadas as suas condições).

Os homens trocam porque experimentam necessidades e desejos; mas podem trocar e ordenar essas trocas porque são submetidos ao tempo e à grande fatalidade exterior. Quanto à fecundidade desse trabalho, não é ela devida tanto à habilidade pessoal ou ao cálculo dos interesses; funda-se em condições, também estas, exteriores à sua representação: progresso da indústria, aumento da divisão de tarefas, acúmulo de capitais, divisão do trabalho produtivo e do trabalho não-produtivo. Vê-se de que maneira a reflexão sobre as riquezas começa, com Adam Smith, a extravasar o espaço que lhe era designado na idade clássica; era então alojada no interior da “ideologia” — da análise da representação; doravante, ela se refere, como que de viés, a dois domínios que escapam tanto um quanto o outro, às formas e às leis da decomposição das ideias: de um lado, ela desponta já para uma antropologia que põe em questão a essência do homem (sua finitude, sua relação com o tempo, a iminência da morte) e o objeto no qual ele investe as jornadas de seu tempo e de seu esforço sem poder nele reconhecer o objeto de sua necessidade imediata; e, de outro, indica, ainda no vazio, a possibilidade de uma economia política que não mais teria por objeto a troca das riquezas (e o jogo das representações que a cria), mas sua produção real: formas do trabalho e do capital. (Foucault, 1966, p. 237-8 tradução nossa).

O aspecto informacional é no livro *Les mots et les choses*, o elemento intrínseco constitutivo de uma determinada ordem em sistemas de pensamento e práticas sociais; o poder de classificar, hierarquizar, criar correlações e controlar os fenômenos, estabelecendo então as normas e os limites do conhecimento.

Assim, a informação delimita o sujeito nas possibilidades de suas práticas sociais possíveis em um campo epistemológico. E no estudo do valor sobre as riquezas tal construto

define as formas e compreensões da riqueza e sua mensuração. “A história enfim se tornará estanque. A finitude do homem será definida — de uma vez por todas, isto é, por um tempo indefinido.” (Foucault, 1996, p. 275).

3 CONCLUSÃO

A abordagem interdisciplinar dessa análise sintópica da fonte bibliográfica indicada no artigo, demonstrou a capacidade de fazer uma abordagem não convencional da teoria do valor através da obra *Les mots et les choses*, unindo o saber sobre a mensuração do valor e sua construção como episteme no contexto da história do pensamento econômico.

A filosofia foucaultiana aplicada a essa análise realizada sobre o valor apresenta mecanismos que aprofundam para além dos campos normalmente delimitados, dando a possibilidade de uma leitura mais abrangente e que questiona as bases fundamentalmente tradicionais das ciências sociais, em especial da economia, ao que ultrapassa o discurso econômico estrito e passa a contemplar as categorias e suas possibilidades de formação nos diferentes cenários históricos como paradigmas estruturais do pensar e do ser.

O objetivo central do artigo em tal estrutura, é para além da leitura e reinterpretação, oferecer uma outra perspectiva do estudo da história do pensamento econômico no que tange ao valor e sua concepção. Utilizando-se de Foucault, no intento de desvelar o caráter discursivo que liga o processamento da informação e realidade (ou fenômeno) e as limitações do campo pensável na abordagem sobre o valor em virtude da configuração do valor em cada episteme.

Mostrou-se a partir disso, que ao se recorrer, entre a escolástica e a era clássica, o valor teve sua concepção alterada não porque se consideraram novas noções de sua natureza que anteriormente estavam ocultas às análises, mas a ordem com a qual sua percepção imediata é construída altera pela ontologia e estruturas sociais invisíveis, a sua [do valor] definição.

Não sendo a ciência econômica um apanhado evolutivo onde se constroem conhecimentos a partir da junção do que se tem à priori com o conhecimento a posteriori, mas seu todo se forma por paradigmas de organização da episteme. E o valor tal qual, ao longo da história, se ligou à riqueza como às externalidades sociais da conjuntura existente dentro dos saberes e seus condicionantes.

A ontologia atua no valor, pelo todo daquilo que se entende sobre sua relação com a formação e o juízo humano, sendo parte do caráter contingente do pensamento econômico, e

dos debates realizados em torno do conceito de valor, suas nuances e variações, tal como na atribuição dele como um dado. O artigo demonstra que a história do valor nas ciências econômicas, é ainda turvo e deve ser levado em conta fatores culturais, sociais, históricos e mesmo filosóficos. O valor ainda, dentro de uma abordagem filosófica, merece sua consideração a partir de uma crítica mais ampla, dentro das reinterpretações cunhadas pelas teorias e escolas do pensamento.

Assim, o debate aqui proposto na leitura da obra de Michel Foucault não se atém a determinar a questão do valor num todo da ciência econômica ou explicá-lo por parâmetros objetivos e quantificáveis, o intuito é abrir um leque de questionamentos sobre a natureza do valor como conceito e seus contextos para pensar a economia a partir de uma visão mais cética sobre a percepção dos economistas tal qual dos historiadores em determinar a evolução do pensamento numa trajetória linear mensurável sem considerar as configurações da episteme em um determinado momento, tal como a interação das especulações para com a realidade dada e seu todo.

E esse debate posto dessa maneira sobre o valor, retomando o conceito de Foucault em epistemes (no qual nessa obra inconscientemente ele se refere a isso como paradigmas — tal como na obra de Thomas Kuhn), aproveita-se da sua metodologia para ligar a filosofia, a informação, a economia e a história do pensamento econômico em um estudo transversal na busca por entender os cenários cujo valor é pensado dentro de um apanhado geral que explora a escolástica e o pensamento Smithiano clássico e a influência do conjunto epistemológico social no potencial de desenvolvimento das teorias.

A mudança no valor entre a escolástica e a era clássica como visto, é a ruptura da representação da realidade para outros limites de descrição do mundo e sua continuidade tal como sua estrutura, a sistematização, a ordem, e a própria exogeneidade do valor para fatores antes não centrais, demonstra que o dogmatismo e sua transição ao empirismo dentro do modo de articulação e saber geral, cuja prática a partir de um ramo teórico (ou especulativo) se atém às frequentes desvinculações das doutrinas.

Assim, conclui-se pela reflexão aqui realizada, que o entendimento de valor econômico, está fortemente atrelado a dois fatores principais, a organização da informação na formação daquilo que na filosofia se conhece como “cosmovisão”, e suas condições sociais externas que a fundamentam para legitimar e estruturar as relações econômicas de cada época. Os saberes se formam num arcabouço teórico e cultural por meio dos agentes econômicos e sua relação com a interpretação e a atribuição de significado ao valor, e as estruturas de pensamento vigentes à realidade socioeconômica e política, dão base, portanto, ao que se

entende como entidade absoluta dentro do desenvolvimento do conhecimento humano quanto às relações e suas respectivas formas.

Se visa aqui, inaugurar um debate sobre a evolução do conceito de valor, dentro de uma visão expandida sobre o conhecimento, a sua relação com as bases materiais e os sistemas epistemológicos da economia dentro do valor, questionando então, a rigidez sob a qual se estabelece a verdade sobre o valor e trazendo o benefício da dúvida para novas interpretações sobre as dinâmicas externas que interagem continuamente ao longo da história do pensamento econômico com esse conceito. Espera-se assim contribuir para a compreensão mais flexível sobre os limites das capacidades analíticas das atuais conjunturas e da adaptação do valor em seu composto ortodoxo para a pesquisa econômica contemporânea que sem dúvida alguma, é permeada de contradições e fenômenos que escapam à explicação frequentemente evocada através das lentes das escolas tradicionais da economia, ainda que seus fundamentos possam contribuir de alguma forma.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. **Diccionario Foucault**. Temas, conceptos y autores. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. 432 p.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1966.

SABOT, Philippe. **Lire “Les mots et les choses” de Michel Foucault**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006. Ed. 2015.